



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 30 de Janeiro de 2020

Educação tem queda de gasto e ‘empoçamento’

Levantamento do Tesouro aponta que área reduziu despesa discricionária em 16% em 2019

Por Fabio Graner — De Brasília

Envolto em uma crise por causa dos problemas na correção do Enem, o Ministério da Educação teve uma forte queda nos seus gastos discricionários (aqueles que podem ser livremente direcionados pelo gestor) em 2019. De acordo com os dados do Tesouro Nacional, essas despesas (cujo fluxo depende das autorizações de limite orçamentário e financeiro pelo ministério da Economia) caíram R\$ 3,2 bilhões, um recuo real (atualizado pelo IPCA) de 16%. Os valores pagos nessa área totalizaram R\$ 21,8 bilhões no ano passado, segundo o Tesouro.

Entre os setores relacionados pelo Tesouro, a educação estava entre os com pior desempenho, junto com transportes (17,1% de queda real) e administração (-

16,9%). A saúde teve recuo de 4,3% além da inflação em sua despesa discricionária.

Nos gastos obrigatórios, mas com possibilidade de controle de fluxo financeiro ao longo do ano, também houve queda nas despesas com educação: -14,4% em valores corrigidos pelo IPCA.

A pasta comandada pelo polêmico Abraham Weintraub, um dos mais fervorosos bolsonaristas e seguidor de Olavo de Carvalho (ideólogo do bolsonarismo), foi a que teve maior “empoçamento” de recursos, categoria no qual o dinheiro fica disponível, mas não é gasto pelo ministério. Ficaram parados R\$ 4,5 bilhões no MEC no ano passado.

Em 2018, o maior “empoçamento” ocorreu no Ministério da Justiça, que foi seguido das pastas da Saúde e Defesa. Naquele ano, o volume autorizado, mas não executado na Educação foi de R\$ 400 milhões, o quarto maior entre os destacados pelo Tesouro.

Pressão sobre o MEC contamina federação

Por Maria Cristina Fernandes

Escolha do substituto de Weintraub definirá, em grande parte, se, no segundo ano de governo, Bolsonaro optará por fazer entregas ou se continuará a fazer muito barulho por nada

O desastre do Enem deu clamor nacional ao epicentro da crise que abrirá o ano legislativo. Se o país está na contagem regressiva para a saída do ministro Abraham Weintraub, é o comando do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que mais inquieta os parlamentares.

É lá que está o cofre do MEC. Tirando a folha de salários da Pasta, o resto passa pelo FNDE, do ônibus escolar à compra de laptops. O orçamento deste ano é de R\$ 30 bilhões, o que o equipara ao do Bolsa Família. Seu comando é mais volátil do que o do MEC. Teve três titulares ao longo do primeiro ano do governo Jair Bolsonaro. O primeiro foi um professor da FGV, indicado por militares. Às vésperas da aprovação da reforma da Previdência, o condomínio DEM/PP emplacou um ex-presidente da Funasa, o “ministério que fura poço”, da gestão Michel Temer, e próximo tanto do secretário de Transportes Metropolitanos do governo de São Paulo, Alexandre Baldy (PP) quanto do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM).

Maia, Guedes e governadores contra Weintraub

Na última semana do ano, Weintraub mexeu de novo. Colocou no comando uma das diretoras do fundo, concursada do MEC. A troca azedou o Natal de muita gente no Congresso. O FNDE sempre foi domínio do DEM. O balcão foi derrubado na gestão petista mas acabou remontado nos achaques que marcaram a trepidante segunda gestão de Dilma Rousseff.

O gabinete do presidente do FNDE é um dos mais procurados pelas caravanas de prefeitos em Brasília e pelos parlamentares que os ciceroneiam. Juntos, destravam tanto verbas de municípios bloqueados por erros nas prestações de contas quanto de outros que mantêm redes viciadas de fornecedores de merenda ou uniforme escolares. Weintraub espicou ambos ao entregar, durante o recesso, ônibus escolares viabilizados por emendas parlamentares de anos atrás sem avisar aos seus autores.

À pinimba política, some-se a inépcia administrativa de uma Pasta que não consegue gastar. No ano passado, o MEC acumulou o maior volume de restos a pagar desde 2013. A contenção em nada angariou simpatia por sua permanência no Ministério da Economia. Na véspera da divulgação

do vídeo nazista do ex-ministro da Cultura, Weintraub anunciou um reajuste de 13% nos vencimentos de professores da rede pública. Enfureceu governadores e prefeitos, pela pressão sobre a maior fatia de sua folha de pagamentos, e confrontou preceitos de duas propostas do governo federal - uma, já em tramitação (PEC Emergencial), que prevê uma redução de R\$ 6 bilhões nos gastos do funcionalismo público, e a reforma administrativa.

A decisão do ministro incendiará o debate sobre o Fundeb no reinício dos trabalhos legislativos. O fundo, que financia os gastos com educação, expira em dezembro de 2020. O Tesouro Nacional tem 10% de participação no bolo. Há parlamentares que querem renová-lo com um aumento de até 40%.

O Ministério da Economia propõe 15% mas será obrigado a aumentar esse percentual para que prefeitos e governadores, que se reúnem em fevereiro para debater o tema, possam abrigar o aumento salarial decretado por Weintraub. O titular do MEC não tem domínio da língua portuguesa mas demonstrou ser capaz de afundar um dos axiomas do bolsonarismo, o de que se trata de um governo liberal na economia e retrógrado nos costumes.

Na mira do Congresso, do Ministério da Economia, de prefeitos e de governadores, o ministro





acresceu, à sua ficha corrida, a barbearagem do Enem - a maior da história do exame, na avaliação de Priscila Cruz, do Todos pela Educação, não apenas pelo número de alunos envolvidos como por ter atingido o coração do sistema de avaliação do ensino público. Ao contrário de problemas anteriores, de vazamento e roubo de provas, o deste ano não se verificou na aplicação da prova, mas na confiabilidade dos resultados. O erro não se limitou ao processamento do gabarito. Passou batido pelo sistema de checagem da instância responsável, o Inep, e só ganhou o mundo pela denúncia dos alunos prejudicados em redes sociais.

Com Damares Alves (Direitos Humanos), Ernesto Araújo (Itamaraty) e os titulares da Cultura até Regina Duarte, Weintraub integra a quadra de animadores de auditório olavistas da Esplanada que movimenta a gigantesca rede virtual de apoio ao presidente da República nas redes sociais. A despeito do conjunto da obra, #FicaWeintraub disputa a liderança no Twitter.

Se tirar apenas o ministro, o presidente desgostará seu exército virtual. Vem daí a ideia de que o titular do MEC integraria o time a ser trocado depois do carnaval. Sua saída não resolve o imbróglio de sua substituição, indissociável da solução para o FNDE. A ideia de manter um escolhido dos aloprados virtuais para o MEC e um indicado do Centrão para o fundo não contempla as ansiedades da federação ou da Economia.

Se der ouvidos a Paulo Guedes, por outro lado, o presidente corre o risco de ver a Educação tomada pelas ideias expostas pelo ministro em Davos, quando se propôs a resolver o problema da desigualdade no Brasil distribuindo vouchers para as famílias com crianças em idade pré-escolar. Como não há um sistema nacional de avaliação na pré-escola, a proposta arrisca-se a disseminar uma prestação de serviços que não poderá ser aferida e ainda deixa de contemplar a oferta de vagas onde o mercado está ausente.

O calendário eleitoral pressiona

a escolha. Creche é pule de dez no debate municipal. As 3 mil creches paradas por falta de repasses federais, segundo o TCU, já teriam suprimido em R\$ 3 bilhões da renda de famílias pobres. Uma coisa é Bolsonaro não entrar na disputa eleitoral de outubro para não ser obrigado a carregar o ônus de derrotado. Outra é deixar um flanco aberto para sair dela como vilão de um debate que deixará explícita a precariedade da infraestrutura municipal para populações mais vulneráveis.

A escolha do substituto de Weintraub definirá, em grande parte, se, no segundo ano de seu governo, o presidente da República optará por entregar ou se continuará a fazer muito barulho por nada.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras.

E - m a i l :
mcristina.fernandes@valor.com.br

Para Rodrigo Maia, Brasil não tem futuro com Weintraub no MEC



Maia: "como faz para o investidor olhar para o Brasil com um ministro da Educação desses? Esse país não tem futuro" — Foto: André Coelho/Valor - 7/11/2019

Presidente da Câmara diz que reforma tributária deve preservar Simples presumido e pode criar modelos para desoneração de folha

Por Cristiane Agostine — De São Paulo

Em meio a graves problemas envolvendo o Enem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o Brasil “não tem futuro” com o ministro Abraham Weintraub no comando da Pasta. Ao falar a uma plateia de investidores, em evento promovido pelo Credit Suisse, em São Paulo, Maia afirmou que Weintraub prejudica a imagem do país e disse que tanto o ministro da

Educação quanto o titular do Meio Ambiente, Ricardo Salles, atrapalham a atração dos investimentos para o Brasil.

“Como faz para o investidor olhar para o Brasil com um ministro da Educação desses? Esse país não tem futuro. Me parece que tinha um passado ruim porque conseguiu fazer um cara desses como ministro da Educação... Que construção que nós tivemos!”, afirmou Maia, em ataque a Weintraub.

O presidente da Câmara criticou também o ministro do Meio Ambiente e disse que Ricardo Salles “perdeu as condições de ser interlocutor” com investidores. “Não sei o que o governo vai fazer com o

ministro do Meio Ambiente”, declarou. “Ele radicalizou demais” reforçou. Maia cobrou ações do presidente Jair Bolsonaro na área ambiental e disse que tem recebido muitas críticas à atuação do governo não só de investidores, mas também de parlamentos de outros países.

Em outra crítica ao governo Jair Bolsonaro, Maia disse que é “inaceitável” o que aconteceu recentemente na Secretaria Especial da Cultura, com o então titular Roberto Alvim parafraseando um discurso de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda da Alemanha Nazista. “A questão da Cultura passou de todos os limites”, disse. Ao falar sobre a atriz Regina Duarte, que aceitou ontem assumir o comando da secretaria, disse que foi uma decisão inteligente do presidente convidá-la e que será “bom” para o Brasil.

Aos investidores, o presidente da Câmara apresentou os principais projetos que deve pautar neste ano legislativo e afirmou que as reformas tributária e administrativa avançarão em 2020. Sobre a tributária, disse ter a expectativa de votar o texto em abril no plenário. Ao detalhar temas da proposta, comentou que o Simples presumido não vai ser atingido e que “algumas saídas para desoneração da folha podem ser construídas”.





Sobre o andamento da administrativa, Maia disse que o atraso na tramitação da proposta é culpa do governo e que dará celeridade à proposta quando Bolsonaro enviá-la. O deputado afirmou que não vê obstáculos para aprovar o texto e disse que pretende, posteriormente, apresentar a reforma administrativa da Câmara. O parlamentar cobrou ainda apoio do Judiciário para a reforma administrativa. “O ideal é que ministros do Supremo participem desse esforço coletivo”.

O presidente da Câmara disse que as eleições municipais devem prejudicar a votação da proposta de privatização da Eletrobras. Maia prevê que a discussão do projeto aconteça apenas no fim do ano, depois da disputa eleitoral. Muitos deputados devem se candidatar a

prefeito e temem desgaste em suas campanhas se defenderem a venda da estatal.

O presidente da Câmara cobrou empenho do governo federal para privatizar a Eletrobras e ironizou a demora para a venda de outras empresas. “Todo mundo quer privatizar até sentar na cadeira. Depois de sentar na cadeira diz que a empresa é eficiente, boa”, disse. “A Caixa [Econômica Federal] daqui a pouco vai virar o maior banco do Brasil.”

O parlamentar disse ainda que deve acelerar a tramitação da PEC Emergencial, levando o texto que virá do Senado diretamente para a Comissão Especial da Câmara. “A gente ganha 45 dias com essa possibilidade”.

USP

A reportagem e o editorial publicados pelo GLOBO sobre a equiparação do teto salarial das universidades públicas estaduais ao das federais incorre em algumas imprecisões em relação às três instituições de São Paulo: a USP, a Unicamp e a Unesp. A Universidade de São Paulo, assim como as suas coirmãs, goza de autonomias financeira e administrativa, além da acadêmica. Anualmente, a USP recebe repasse do governo estadual equivalente a 5,02% do ICMS e administra os seus gastos dentro de planejamento orçamentário próprio. A decisão liminar do ministro Dias Toffoli beneficiará de imediato só uma parcela dos professores e terá um impacto de apenas 1,8% na folha salarial da universidade. A USP, na qual a progressão nas carreiras é submetida a rígidos critérios meritocráticos, convive com crescente fuga de cérebros, em função, especialmente, de questões salariais. Numa época em que, mais do que nunca, a ciência e a tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento do país, é urgente estimular a permanência de pesquisadores no Brasil.

LUIZ ROBERTO SERRANO,
SUPERINTENDENTE DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL DA
USP

MPF vê indícios de falha em vagas para deficientes no Sisu

Procuradores investigam se total de matrículas em universidades públicas reservadas para pessoas com deficiência estaria menor do que o previsto em lei. Em outra falha, sistema impediu parte dos candidatos de entrar na lista de espera

AGUIRRE TALENTO
E BRUNO ALFANO
sociedade@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO



Menos vagas. Cotas de edital da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul não foram respeitadas no Sisu, diz MPF

O Ministério Público Federal (MPF) em Brasília detectou indícios de falhas na oferta de vagas destinadas a pessoas com deficiência no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2020, que dá acesso a universidades públicas. O MPF pediu esclarecimentos ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, e abriu uma investigação para apurar possíveis irregularidades.

A legislação prevê a reserva de 50% de todas as vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com distribuição proporcional ao tamanho de cada um desses grupos na população do estado da instituição de ensino.

No entanto, despacho assinado pelo procurador Felipe Fritz Braga pede aprofundamento de

investigações ao apontar que “expressivo número de cursos em todo o país tiveram vagas reservadas em número inferior a percentual de sua população com deficiência aplicado ao número de vagas destinadas à reserva pela Lei nº 12.711 ou mesmo não tiveram nenhuma vaga reservada para esses candidatos”.

O possível erro é mais um da série de problemas que marcaram o Enem no fim de 2019 e as inscrições no Sisu neste ano. Foram registradas falhas na correção de provas e mudanças metodológicas que, na prática, inutilizaram as notas de corte como parâmetro para escolha dos cursos preferidos pelos estudantes no Sisu.

No caso das cotas, o procurador Fritz Braga analisou, por amostragem, a oferta de vagas em três instituições: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal

Rural da Amazônia e Universidade Federal de Alfenas. O caso mais grave foi o da UFMS. O despacho aponta que, dentre todas as 2.054 vagas nos cursos da instituição, há apenas duas para pessoas com deficiência. Elas estão no curso de Medicina. O edital da universidade previa mais de 300.

Nas outras duas universidades, o MPF também aponta falhas nos cálculos que resultaram na oferta de vagas para pessoas com deficiência abaixo do previsto em lei. Se confirmado o erro, podem ser exigidas mudanças no preenchimento das vagas das instituições. “Cumpra aprofundar a análise para deliberar sobre a ocorrência de possível discriminação indevida dos candidatos com deficiência”, escreveu o procurador.

Após a análise, o procurador remeteu para a Procuradoria Geral da República um ofício destinado a Weintraub solicitando esclarecimentos sobre o assunto. O documento pede explicações sobre os cálculos usados para a reserva de cotas destinadas a pessoas com deficiência e de baixa renda e que apresente os detalhes sobre a metodologia adotada pelo Ministério da Educação (MEC), além de explicar os casos específicos da oferta nas três universidades analisadas.





O GLOBO solicitou esclarecimentos ao MEC e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), mas não houve resposta.

PROBLEMA NO SISTEMA

O site do Sisu apresentou problemas ontem pela manhã para quem não foi aprovado em nenhuma instituição e tentou entrar na lista de espera por uma vaga. O erro afetou quem escolheu apenas uma opção de curso em vez de duas, como o sistema permite.

O site do Sisu dizia que o candidato já estava na lista da segunda opção, mesmo sem ter sido marcada pelo estudante. O problema foi resolvido ontem mesmo.

Em Natal, Maria Luiza Moraes, de 19 anos, tentou entrar na lista de espera ainda na madrugada, mas só conseguiu 12 horas depois.

—Liguei para o MEC, eles falaram que me responderiam por e-mail, mas até agora nada. Pelo menos o site já foi resolvido—contou.

Thayanny Braga, de 22 anos, de Niterói, também sofreu:

— O Sisu sempre foi de dar problema. Mas, neste ano, eles se superaram—reclamou.

Inep mantém peso de questões do Enem após correção

Órgão diz que seria ‘inócuo’ refazer cálculos, apesar de a amostra usada incluir estudantes atingidos por erro nos gabaritos

RENATA MARIZ
renata.mariz@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em meio aos problemas apresentados na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019, mais uma questão foi levantada. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação e responsável pela prova, informou à Justiça, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), que não redefiniu o peso de cada questão, após identificar que, na amostra usada para fazer esse cálculo, havia candidatos atingidos pelos erros decorrentes da troca de gabaritos das provas.

Para o Inep, essa espécie de recalibragem, seria uma medida “inócua”.

O Enem adota a chamada Teoria de Resposta ao Item (TRI) como metodologia para estabelecer pesos

diferentes às questões, de acordo com o nível de dificuldade e a probabilidade de serem acertadas ao acaso, entre outros parâmetros. Algumas questões têm o peso definido em pré-testes, anteriores à prova. Outras têm o peso calculado a partir do desempenho de uma amostra de estudantes que fizeram o exame.

6 MIL COM NOTAS ERRADAS

No Enem de 2019, as notas de 100 mil participantes foram usadas nessa calibragem. No entanto, nas provas de Ciências da Natureza havia 83 alunos com erros na correção dos gabaritos. Outros 105 na mesma situação foram identificados na amostra que calibrou as questões de Matemática, segundo dados apresentados pelo Inep.

No total, quase 6 mil estudantes em algumas cidades do país tiveram notas prejudicadas pela desconexão entre prova e gabarito atribuída pelo Inep a um erro da gráfica contratada. As provas tiveram uma nova correção, mas não houve outro cálculo dos pesos das questões.

No recurso apresentado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ),

o Inep explicou que a amostra é feita com “indivíduos de alto, médio e baixo desempenho”. Segundo o órgão, o fato de um indivíduo com baixo número de acertos provocado pelo erro do gabarito estar na amostra “não afeta o processo de calibração, já que, se esse indivíduo não tivesse baixo escore, outro indivíduo com baixo escore teria sido selecionado no seu lugar (sic)”.

Procurado, o Inep não se manifestou. Técnicos do órgão ouvidos pelo GLOBO sob a condição de anonimato disseram não poder assegurar se um novo recálculo traria ou não mudanças nas notas.

O professor Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Ocimar Alavarse, especialista em avaliações educacionais, diz que, mesmo pequena, uma eventual variação nos parâmetros pode fazer diferença em cursos muito concorridos:

— Não se pode ter dúvidas sobre isso. A única forma de esclarecer seria a abertura dos processos para uma auditoria e a publicação com clareza de todos os protocolos adotados.

Dedo podre

BRUNO BOGHOSSIAN

Dias antes de demitir Ricardo Vélez, o presidente disse achar “bastante claro” que as coisas não estavam dando certo no Ministério da Educação. Em três meses no cargo, o professor colombiano provocou um apagão na pasta e tentou obrigar crianças a recitarem o slogan de campanha do chefe. Até Jair Bolsonaro precisou admitir que faltava ao auxiliar capacidade de gestão.

Nenhuma lição foi aprendida naquele episódio, como se vê. O presidente exaltou a própria coragem ao se livrar de um ministro incapaz, mas decidiu substituí-lo pelo indivíduo que agora pilota o caos do Enem.

As demissões e trocas de comando executadas por Bolsonaro neste seu período inicial no poder foram tão improdutivas quanto muitas de suas nomeações. A máquina pública continua sequestrada pelas obsessões ideológicas e desavenças particulares do presidente.

Abraham Weintraub só está pendurado no posto até agora por ter se provado um antiesquerdista mais malcriado do que o antecessor.

Ninguém ligou para o fato de que, num só dia, persistiram as falhas no cálculo das notas do Enem e surgiram novos problemas no sistema de inscrição nas universidades.

Se o departamento de RH do governo funcionasse, Bolsonaro não teria derrubado Joaquim Levy do BNDES. O presidente achava que o economista não queria abrir a caixa-preta do banco. Seu substituto, um amigo da primeira-família, precisou anunciar que uma auditoria milionária no órgão não encontrou nada e não tem “nada mais a esclarecer”.

Em junho do ano passado, Bolsonaro cedeu à ala do Planalto que brigava pelo controle da verba oficial de comunicação e demitiu o general Santos Cruz. Sem o militar, quem ganhou poder foi o secretário Fábio Wajngarten, hoje protagonista de um indecente conflito de interesses.

Algo parecido aconteceu na saída de Gustavo Bebianno, chutado quando estourou o escândalo das candidaturas laranjas do PSL. Já o ministro do Turismo, denunciado pelos investigadores, continua na cadeira.

OLHO VIVO

A bancada do PSOL na Câmara protocolou um projeto propondo uma ferramenta para que a comissão de Educação da Casa, com auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalize as iniciativas do MEC. A sigla cita as “possíveis ilegalidades cometidas” pela pasta no Enem e o “indevido uso de redes sociais pelo ministro” para justificar a iniciativa.

Resultado do Enem não é totalmente confiável, dizem funcionários do MEC

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

Uma decisão do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) de pular uma etapa no recálculo do Enem para apressar a resposta aos erros em notas no exame de 2019 abre dúvidas sobre os resultados da prova, afirmam funcionários do instituto e do MEC (Ministério da Educação).

O Inep reavaliou o desempenho dos participantes no exame após os erros virem à tona. Mas, uma vez que obteve os novos índices de acertos, não recalculou os parâmetros para atribuir peso às diferentes perguntas do teste.

Como esse cálculo exigiria mais tempo para ser concluído, o governo Bolsonaro abriu mão dele para dar uma resposta rápida aos erros e manter o cronograma do Sisu (Sistema de Seleção Unificada).

Sem esse procedimento, uma espécie de recalibragem do exame, não é possível ter 100% de confiança

nos resultados publicados, afirmam funcionários que falaram sob condição de anonimato.

Na avaliação de técnicos da pasta, o recálculo dos parâmetros poderia reduzir o erro padrão do exame e indicar variações nas notas —que provavelmente seriam pequenas, mas suficientes para alterar, por exemplo, a lista de aprovados em cursos concorridos.

A cúpula do instituto, entretanto, evita o retrabalho na base de dados com receio de novos questionamentos da nota. O entendimento é que isso só será feito caso haja determinação da Justiça, segundo relatos obtidos pela Folha.

Após comemorar o que seria o melhor Enem de todos os tempos, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, confirmou que milhares de notas haviam sido divulgadas com erros.

Candidatos que haviam feito a prova de uma cor tiveram suas

provas corrigidas como se tivessem feito outra —segundo o Inep, 5.974 foram afetados com o problema e seus resultados, alterados.

A divulgação dos resultados do Sisu chegou a ser barrada na Justiça, mas o governo conseguiu reverter a decisão no STJ (Superior Tribunal de Justiça) nesta terça-feira (28).

O Enem adota um conjunto de modelos matemáticos chamado TRI (Teoria da Resposta ao Item). Para atender ao modelo, os itens da prova passam por pré-testes (a partir das respostas de um público similar ao que faz a prova, estabelece-se parâmetros dos itens, como os níveis de dificuldade).

Ocorre que nem todas as questões que caíram no Enem 2019 foram pré-testadas. Nota técnica do Inep, mencionada no recurso da AGU (Advocacia-Geral da União) levado ao STJ, indica que houve calibragem de itens na própria prova.

A adoção de itens não pré-





testados já ocorreu em anos anteriores por causa da escassez de questões disponíveis, segundo servidores, mas essa informação nunca fora confirmada oficialmente.

Para lidar com itens não pre-testados, o Inep precisa realizar a calibragem a partir do desempenho real na prova. O órgão, então, seleciona uma amostra aleatória de participantes e, a partir dessas respostas, regula os parâmetros desses itens.

A amostra usada no Enem 2019 foi de 100 mil participantes e, somente depois disso, os parâmetros gerais da prova foram estipulados, e as notas dos alunos, calculadas. Além de ter itens novos na prova, os resultados de parte dos 5.974 participantes que estavam com as notas erradas por troca de gabarito fizeram parte dessa amostra.

Foram 83 casos na prova de Ciências da Natureza e 105 na de Matemática, segundo a própria nota técnica do Inep. Dessa forma, a calibração ocorrida na prova de itens não pré-testados contou com respostas erradas e isso causa preocupação em integrantes do Inep e do MEC.

As notas do Enem dependem não só do número de questões certas, mas também de quais foram assinaladas corretamente. A TRI identifica como um possível chute, por exemplo, o candidato que erra duas questões fáceis e acerta uma

difícil — e isso tem impacto na sua pontuação.

A Folha questionou o Inep sobre o assunto mas não obteve resposta.

Na nota técnica usada pela AGU, o órgão defende que "a proposta de selecionar nova amostra, recalibrar os itens e recalculas as proficiências [parâmetros], se apresentaria como medida inócua".

O Inep menciona um estudo acadêmico que trata do tema e, com base neste estudo, argumenta que "a proporção de indivíduos com inconsistências encontradas na amostra não produziu efeitos significativos na estimação dos parâmetros dos itens frente ao tamanho da amostra".

Ocimar Alavarse, professor da USP e especialista em avaliação educacional, diz que só é possível ter a real dimensão do problema se houver total transparência por parte do Inep e das escolhas feitas.

"A melhor saída seria recalculas e fazer uma auditoria detalhada nas notas", diz. "O argumento de que o problema foi pequeno não se justifica porque, quando se trata de um vestibular, a nota tem que corresponder exatamente."

O professor Dalton Francisco de Andrade, do Departamento de Informática e Estatística da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), por sua vez, afirma que o

processo de calibragem está adequado pelas informações oferecidas pelo Inep.

"Se esses participantes [que depois tiveram notas alteradas] não tivessem entrado na mostra, teriam incluído uma pessoa com o mesmo número de acertos", diz. "Esse processo não é afetado pelo fato de as [cerca de] 200 pessoas terem o gabarito lido errado."

Não há informações de quantos itens novos (sem pré-teste) figuraram nas provas do Enem 2019. De acordo com um servidor do Inep, seriam ao menos 15 das 45 questões de cada prova.

Para chegar ao número de afetados, o Inep inicialmente identificou quatro casos com erros e fez cruzamentos em uma amostra de participantes que tinham divergências de notas parecidas com estes — casos com grande diferenças entre os resultados das provas do primeiro e segundo dia.

O instituto então cruzou os gabaritos corretos e também as outras opções de cor para encontrar inconsistências. Após esse processo é que se chegou ao número final de 5.974 casos.

O governo recebeu 172 mil reclamações de notas. Participaram do Enem 2019 cerca de 3,9 milhões de estudantes.





O ministro da Educação, Abraham Weintraub, em Brasília André Coelho - 17.jan.20/Folhapress

Novo erro no Sisu impede acesso à lista de espera

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

Participantes do Enem enfrentaram um novo problema no Sisu (Sistema de Seleção Unificada) nesta quarta-feira (29). Dessa vez, a falha foi na lista de espera.

Candidatos que haviam se inscrito em apenas uma opção de curso, ao invés das duas possíveis, não conseguiam se inscrever na lista de espera. O sistema permite aos aprovados declarar interesse nas vagas não preenchidas a partir da primeira chamada.

Segundo estudantes, o problema tem sido resolvido pelo MEC (Ministério da Educação). A pasta comandada por Abraham Weintraub informou, no início da tarde, que recebeu reclamações de candidatos e que o sistema roda normalmente.

O Sisu reúne as vagas de instituições públicas de ensino superior que usam o Enem para selecionar os alunos.

Esses participantes recebiam as mensagens "opção não considerada na lista de espera" e "você indicou interesse em participar da lista de espera na outra opção".

O assunto permaneceu entre os mais comentados no Twitter na manhã desta quarta. Internautas criaram a hashtag #erronalistadeespera para falar dos erros.

A vestibulanda mineira Aline Dório, 18, identificou o erro logo após a meia noite, quando tentou se inscrever. Ela só havia anotado uma opção de curso, de Ciência da Computação na Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo).

"Quando vi, entrei em desespero, porque estou em primeiro na lista", diz ela, que mora em Ipatinga (MG). "Pensei 'não vai dar certo, vou ter que fazer pré-vestibular'".

Aline conta que o sistema liberou o acesso à lista de espera no meio

da manhã. A Folha também identificou essa falha em cursos da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)

As inscrições do Sisu abriram na terça-feira (21) já com falhas. Além de lentidão, candidatos recebiam mensagens equivocadas do sistema informando que o prazo havia terminado.

No meio da semana passada, candidatos reclamaram que o Sisu apresentava participantes aptos nas suas duas opções de curso e, com isso, as notas de corte parciais estariam elevadas de modo exagerado.

Em edições anteriores, o sistema informava que a nota do participante não era considerada no cálculo da nota de corte da segunda opção. Depois de negar que havia erros, o MEC divulgou comunicado em que defendeu o novo formato.

A investidores Rodrigo Maia critica Weintraub

SÃO PAULO O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou os ministros Abraham Weintraub e Ricardo Salles, que comandam as pastas da Educação e do Meio Ambiente, respectivamente.

“Como faz para um investidor olhar para um ministro da Educação desse?”, disse Maia durante o evento do banco Credit Suisse nesta quarta-feira (29), em São Paulo.

“Nosso país não tem futuro, né? Não tem futuro. Parece um passado ruim, porque conseguiu fazer de um cara desse o ministro da Educação... que construção que nós tivemos”, afirmou.

Sobre Salles, Maia afirmou que sempre que conhece parlamentares da Europa é questionado sobre a questão do meio ambiente brasileiro.

“Não sei como vai fazer com o ministro do Meio Ambiente. Eu acho que, de alguma forma, ele perdeu as condições de ser o interlocutor. Ele radicalizou demais”, disse o presidente da Câmara. **Bruna Narciso**

» **7 a 1.** Após ter contrariado a cúpula da Câmara com a demissão sumária de Rodrigo Dias do FNDE, em dezembro, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, deverá ter mais um revés na Casa.

» **De meu jeito.** Os deputados esperam votar neste semestre o projeto que estabelece um novo modelo para o Fundeb. O ministro, no entanto, já se declarou contra a proposta, de autoria da deputada Dorinha Rezende (DEM-TO).

SP registra o investimento mais baixo em dez anos

Estado. No primeiro ano de João Doria (PSDB), governo paulista gastou R\$ 9,5 bilhões com obras e compra de novos equipamentos, 7,6% menos do que foi investido em 2018

Bruno Ribeiro

O Estado de SP teve em 2019, primeiro ano de mandato de João Doria (PSDB), o menor nível de investimento público em dez anos. Os gastos de R\$ 9,5 bilhões em obras foram 7,6% menores do que em 2018. O secretário Henrique Meirelles (Fazenda) atribui a queda à redução de crédito e aposta nas concessões.

O governo do Estado de São Paulo registrou em 2019, primeiro ano de mandato do governador João Doria (PSDB), o nível mais baixo de investimento público dos últimos dez anos. Gastos do governo estadual com obras e compra de novos equipamentos tiveram queda de 7,6% em relação a 2018. Foram investidos, no ano passado, R\$ 9,5 bilhões, segundo dados da Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento. Até então, o resultado mais baixo da década havia sido registrado em 2018, último ano da gestão de Geraldo Alckmin (PSDB) e Márcio França (PSB), quando foram gastos R\$ 9,8 bilhões em valores nominais (R\$ 10,3 bilhões,



Administração. Governador João Doria durante o balanço do primeiro ano de sua gestão

corrigidos pela inflação).

A conta se restringe aos valores empregados em novas construções do governo, como rodovias, hospitais e presídios, ou na aquisição de equipamentos, como viaturas, por exemplo. A verba usada para pagar salários de funcionários e comprar insumos necessários à manutenção de serviços públicos, chamada de custeio, não é tratada como investimento.

Ao comentar a queda no ritmo de investimentos, que descreve como “normal”, o secretário da Fazenda, Henrique Meirelles, apontou três explicações principais: a redução de linhas de crédito recebidas pelo Estado, a diminuição no ritmo de obras e os cortes de gastos que foram feitos em várias esferas do poder público. “Foram coisas normais de um governo novo que

assume e que tem de enfrentar uma série de problemas”, afirmou Meirelles, fazendo referência à troca de titulares em cargos-chave tanto no governo do Estado quando no governo federal.

A redução nas linhas de crédito com instituições financeiras do Brasil e do exterior tem ligação com a dificuldade do governo para tocar obras de mobilidade. Intervenções na área de mobilidade, como o Trecho Norte do Rodoanel e a Linha 6 do Metrô, estão paradas por dificuldades enfrentadas pelas empresas contratadas, envolvidas na Lava Jato, e necessidade de novas licitações, que ainda não foram lançadas. Como o dinheiro do financiamento é liberado à medida que a construção avança, esse montante caiu.

Para Meirelles, a queda nos





investimentos não é um sinal preocupante, pois o governo trabalha com a expectativa de que, já a partir deste ano, as concessões de rodovias, aeroportos, linhas de trem e presídios se transformem em fonte de investimento privado em serviços públicos. “Talvez o mais importante para a gente avaliar é que o foco hoje do investimento é através de concessões. Esses são os grandes valores”, disse o secretário.

Viagens. Na expectativa de conseguir investimentos estrangeiros, Doria já levou as propostas de concessões do governo para Japão, Alemanha, China, Cingapura e Estados Unidos. Na semana que vem, ele embarca para Dubai, nos Emirados Árabes. Além do cumprimento de promessas de campanha, há o interesse do tucano em mostrar um trabalho capaz de lhe dar uma chegada competitiva à campanha presidencial de 2022.

De concreto, o governo do Estado já fechou acordo neste mês para concessão da Rodovia Piracicaba-Panorama (PiPa), projeto cujos estudos eram anteriores a sua posse. O consórcio formado pela Pátria Investimentos e pelo Fundo Soberano de Cingapura

pagou outorga de R\$ 1,1 bilhão e prevê investimentos de R\$ 14 bilhões em 30 anos.

Ao analisar os aportes divididos por secretarias de governo, Doria investiu 28% a menos em saúde, 24% a menos em transportes metropolitanos e 28% menos na administração penitenciária, quando comparado à gestão Geraldo Alckmin (PSDB) e Márcio França (PSB) em 2018. Por outro lado, setores que são vitrines do governo tiveram aumento de investimentos. Na Segurança Pública, eles subiram 89%. Na Educação, mais do que dobraram (aumento de 135%).

A Secretaria Estadual da Saúde informou que, ao somar investimento, custeio e repasses, os gastos do governo subiram de R\$ 23,082 bilhões em 2018 para R\$ 23,640 bilhões em 2019. A pasta lembrou que foi inaugurado um novo hospital em Serrana, no interior, e que há uma série de reformas em andamento, além de medidas para melhorar o atendimento do Sistema Único de Saúde no Estado.

Balanço. Ao apresentar os dados de investimento em 2019, Meirelles chamou atenção para o fato de que a parcela do Tesouro destinada a

investimentos aumentou 6,4% – de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 5,8 bilhões. O secretário também sugeriu um cálculo diferente para contabilizar os investimentos. Ao somar aos investimentos do governo aportes feitos por estatais, como a Sabesp, que é uma empresa mista de 49% de capital privado, há aumento de 1,4% nos investimentos em 2019 em relação a 2018. Quando os valores são corrigidos pela inflação, porém, persiste uma queda de 3,1%.

O coordenador do mestrado de Políticas Públicas do Insper, Sandro Cabral, ponderou que depositar expectativa de que apenas o investimento privado pode viabilizar novas obras públicas pode não ser uma opção viável para o poder público. “As grandes obras precisam de investimento público. O metrô, por exemplo, não se sustenta apenas com o pagamento de tarifas. É preciso uma participação pública, e investimentos públicos”, afirmou o professor.

“Foram coisas normais de um governo novo que tem de enfrentar problemas.”

“O foco do investimento é através de concessões.” Henrique Meirelles
SECRETÁRIO DA FAZENDA



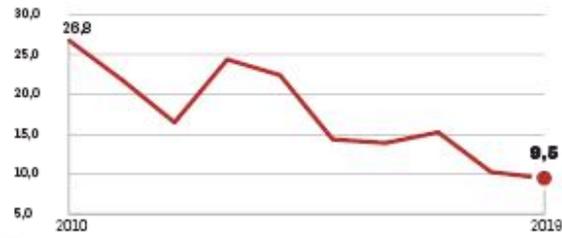


BALANÇO

● Gasto com novas obras no Estado caiu 7,6% em 2019

Investimentos

EM BILHÕES DE REAIS*



Gasto por função

EM MILHÕES DE REAIS*



*VALORES CORRIGIDOS PELO IPCA

FONTE: SECRETARIA ESTADUAL DA FAZENDA DE SÃO PAULO

INFORMÁTICO/ESTADÃO

MPF vê novo indício de falha no Sisu

Para Procuradoria, houve número inferior de vagas para pessoas com deficiência; MEC diz que são as universidades que definem cotas

Isabela Palhares

O Ministério Público Federal (MPF) em Brasília encontrou indícios de falha na oferta de vagas do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) destinadas a candidatos com deficiência física. Para a Procuradoria, há constatação de possível irregularidade na aplicação da lei que determina as cotas. O órgão pediu ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, que apresente esclarecimentos. Ao Estado, o Ministério da Educação (MEC) informou que a reserva de vagas é definida pelas instituições.

O Sisu, sistema que reúne vagas em instituições públicas de ensino superior, foi alvo de uma série de questionamentos este ano. A divulgação de aprovados só foi liberada na noite de terça-feira, após o MEC ter sido questionado sobre a correção de falhas nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 6 mil candidatos. Na manhã de ontem, participantes apontaram erros no sistema – segundo eles, havia problemas na lista de espera. Depois, a falha foi corrigida. Segundo o MEC, o Sisu funciona normalmente.

No novo pedido de esclarecimentos, o procurador Felipe Fritz Braga informou ter



Esclarecimentos. Procurador do MPF encaminhou ofício ao ministro Abraham Weintraub

detectado indícios de falhas na reserva de vagas após receber denúncias de estudantes. Ele diz que, em uma análise preliminar da oferta para candidatos com deficiência, encontrou “expressivo número de cursos em todo o País que tiveram vagas reservadas em número inferior ao percentual de sua população com deficiência”. Em alguns casos, diz, não havia nenhuma vaga reservada para esses candidatos.

Todas as universidades federais têm, por lei, de oferecer cota para pessoas com deficiência física. As instituições devem reservar 50% das vagas para cotas raciais e sociais – e parte delas tem de ser destinada a deficientes. A legislação não estabelece cota fixa, mas diz que as vagas devem ser preenchidas em respeito à proporção da população de pessoas com deficiência da unidade da Federação.

Para o procurador, a falha “possivelmente” ocorreu pelo “método de cálculo utilizado no Sisu 2020”, que aplica o percentual de deficientes a uma cota referente a 50% das vagas ofertadas e não ao total de vagas. “Cumpra aprofundar a análise para deliberar sobre a

ocorrência de possível discriminação indevida dos candidatos com deficiência em razão de falta de isonomia”, informou.

A análise foi feita nas universidades federais de Mato Grosso do Sul (UFMS), Rural da Amazônia (UFRA) e de Alfenas (Unifal), em Minas. Na primeira, das 2.045 vagas ofertadas pelo Sisu, só 2, do curso de Medicina, foram reservadas para candidatos com deficiência física.

Nas outras duas instituições, o procurador aponta que a reserva de vagas está muito abaixo da proporção da população de deficientes dos Estados. Na Unifal, das 1.077 vagas ofertadas, apenas 49 estão reservadas para esse grupo de candidatos – o percentual da população com deficiência física em Minas é de 8,43%. Além disso, há cursos em que não há nenhuma vaga reservada, como é o caso de Ciências Sociais. No ofício a Weintraub, o procurador pede que explique cálculos usados para a reserva das cotas, em cinco dias, e pediu urgência na análise.

Autonomia. Por meio de nota, o MEC informou que as vagas ofertadas e as modalidades de concorrência são definidas pelas instituições de ensino superior público de forma autônoma. “Cabe à universidade a destinação das vagas reservadas dentro do Sisu”, informou.

MBL pede saída de Weintraub do MEC

● O deputado federal Eduardo Bolsonaro (SP) usou ontem as redes sociais para demonstrar apoio ao ministro da Educação, Abraham Weintraub. Apesar de o ministro estar sofrendo críticas por causa dos problemas no Enem, Eduardo preferiu destacar reclamações feitas contra ele pelo Movimento Brasil Livre (MBL) como prova de que “está no caminho certo”. O MBL pediu, em nota, a saída de Weintraub do comando do MEC, “em virtude do trabalho lamentável que tem exercido à frente de uma das mais importantes pastas”.

Portaria do MEC limita viagens de cientistas a congressos

Medida é criticada por pesquisadores, que veem risco de empobrecimento da produção científica brasileira

Roberta Jansen / RIO

Uma portaria do Ministério da Educação (MEC) publicada no último dia de 2019 restringe o número de participantes brasileiros em congressos nacionais e internacionais, mesmo que a despesa com a viagem não seja do governo. Cientistas dizem que a medida não tem precedente em nenhum lugar do mundo democrático e “impõe uma limitação ao desenvolvimento da ciência”. Procurada pelo Estado, a pasta não se manifestou.

Carta enviada ao MEC por duas das mais importantes entidades científicas do País, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), pede a revogação urgente da portaria, lembrando que reuniões científicas são cruciais para a troca de conhecimento e para parcerias.

“A portaria foi feita claramente por alguém que não entende como funcionam a pesquisa e os congressos internacionais”, afirmou o presidente da ABC e professor de Física da Universidade Federal do Rio (UFRJ), Luiz Davidovich.

A medida estabelece o envio de “no máximo dois representantes para eventos no País e um representante para eventos no exterior, por unidade, órgão singular ou entidade

vinculada”. Caso mais pessoas queiram participar, prevê a medida, é necessário solicitar ao MEC autorização especial. E mais: o pedido só pode ser feito “em caráter excepcional e quando houver necessidade devidamente justificada, por meio de exposição de motivos dos dirigentes das unidades”.

A carta assinada pelos presidentes da ABC, Luiz Davidovich, e da SBPC, Ildeu Moreira, pede ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, que reveja a decisão. Segundo Davidovich, a carta explica a importância dos congressos nas carreiras científicas.

Segundo o documento, por causa do “crescimento exponencial do conhecimento científico, é comum ter, em uma mesma unidade ou grupo de pesquisa, cientistas que, embora reunidos em torno de um tema, trabalham em projetos e subáreas distintas”. “Por isso mesmo, é frequente, em reuniões nacionais e internacionais, a participação de (vários) membros de uma mesma unidade ou grupo de pesquisa.”

Além disso, dizem os pesquisadores, várias áreas da ciência se valem de colaborações internacionais para o desenvolvimento de pesquisas e publicações de maior impacto. “A limitação de participação de, no máximo, dois servidores em feiras, fóruns, seminários, congressos, simpósios, grupos de trabalho e outros eventos no país, e de um representante para eventos no

exterior, por unidade, órgão singular ou entidade vinculada, não é adequada à realidade do papel da universidade e das instituições de ensino, pesquisa, extensão, tecnológicas e de inovação no mundo globalizado”, aponta a carta.

O documento ainda destaca que os congressos são importantes na formação dos jovens pesquisadores. Segundo a portaria, ainda que as despesas da viagem não sejam pagas pelo governo, a restrição será mantida. “Se não é uma medida de economia, que medida é essa?”, indaga Davidovich.

O Ministério da Educação não respondeu ainda à demanda dos cientistas. O Estado também procurou a pasta, mas não obteve retorno.

Tensão. Desde o ano passado, a gestão Jair Bolsonaro tem vivido uma relação tensa com as universidades públicas. Em abril, o anúncio do bloqueio de verbas pelo governo federal levou professores, pesquisadores e alunos a protestarem nas ruas contra o MEC. Nos meses seguintes, Weintraub atacou suposto viés ideológico de docentes e estudantes.

Crítica

“A restrição contribuirá para o empobrecimento da formação do jovem cientista brasileiro, fato que não ocorre em nenhum outro país que preze pela ciência e tecnologia.”

Luiz Davidovich
PRESIDENTE DA
ACADEMIA
BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

Ministro reclama de "boataria"

Titular da pasta da Educação, Abraham Weintraub critica rumores sobre sua exoneração. Ministério Público Federal em Brasília encontra indícios de falha na oferta de vagas do Sisu destinadas a candidatos com deficiência física

LUIZ CALCAGNO

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou, ontem, que esteja passando por processo de fritura junto ao presidente Jair Bolsonaro. Em uma breve conversa por telefone com o Correio, o titular do MEC demonstrou irritação ao ser questionado sobre rumores de que aliados pediram sua cabeça ao chefe do Executivo. “Essa boataria de que estou saindo já completou um ano. Não quero nem mais responder a esse tipo de conversa. Quando estava de férias, fiz uma postagem no Twitter, balança, mas não cai. Já está ridículo”, disparou.

No telefonema, o ministro também disse que não comentaria a crise no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As inconsistências em alguns resultados de avaliações levaram à suspensão das inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e do Programa Universidade para Todos (ProUni) — elas foram liberadas na terça-feira, pela Justiça.

Ontem, Weintraub se deparou

com outro problema. O Ministério Público Federal (MPF) em Brasília encontrou indícios de falha na oferta de vagas do Sisu destinadas a candidatos com deficiência física. Para a Procuradoria, há constatação de possível irregularidade na aplicação da lei que determina a reserva de lugares, por isso, foi requisitado que o ministro apresente esclarecimentos.

O MEC tem um prazo de cinco dias úteis para explicar como calculou as cotas e se houve algum erro. Caso as falhas sejam confirmadas, podem ser exigidas mudanças no preenchimento desses postos. A Procuradoria destacou que há urgência na análise do assunto.

Todas as universidades federais do país têm de oferecer uma cota para pessoas com deficiência física. As instituições de ensino federal têm de reservar 50% dos lugares para cotas raciais e sociais — parte dessas vagas tem que ser destinada a deficientes. A legislação não estabelece uma cota fixa, mas diz que as vagas devem ser preenchidas em respeito à proporção da população de pessoas com deficiência da unidade da federação em que está a instituição de ensino.

Gestão conturbada

Weintraub passa por momentos conturbados na gestão do MEC. Não bastassem os rumores no

Executivo, lideranças do Congresso dizem não saber como o ministro continua no cargo. O relatório da comissão externa da Câmara, destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do ministério, aponta uma paralisação da pasta.

No MEC, entre funcionários, o que se fala é que Weintraub não passará de março. As próprias instituições privadas de ensino superior estariam insatisfeitas com o ministro, que assumiu com um discurso de autorregulação por parte dos estabelecimentos, mas nada fez a respeito. Com a condição de não se identificar, um servidor do ministério comentou a situação. “O MEC está parado. Não sai quase nada no Diário Oficial. A regra é que, sempre que entra um novo governo, eles rapidamente se inteiram, e a coisa anda. Isso não está acontecendo”, afirmou.

Também ontem, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, afirmou que o MEC está “extremamente” contaminado por ideologias e que, por isso, precisa passar por uma descontaminação “dos dois lados”. A declaração foi feita à Rádio CBN. Apesar do puxão de orelha, o militar elogiou o Enem, que considerou “sem conotação ideológica”. (com Agência Estado)

Série de fiascos desmoraliza o Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não é a melhor forma de selecionar os estudantes que entrarão na universidade. A prova única, aplicada em país de dimensão continental, ignora as abissais diferenças regionais e saberes importantes que compõem a diversidade cultural brasileira.

Além de desperdiçar talentos, exige uma logística cara para ser aplicada nos 8,5 milhões de quilômetros quadrados no mesmo dia e horário para uma média de 5 milhões de candidatos que disputam uma vaga no nível superior. O gigantismo e a importância do Enem exigem administração técnica e profissional.

Não é, porém, o que se tem visto. Há uma década, o exame vem somando falhas. A balbúrdia vai desde a quebra de sigilo e a venda de provas até a anulação de questões. Em 2019, o enredo se reprisou. A correção de provas foi feita com gabarito trocado.

O erro passou despercebido ao MEC. Ao divulgar os resultados, o ministro Abraham Weintraub anunciou ter feito o melhor Enem de todos os tempos. O lapso só foi detectado graças à grita de estudantes que se deram

conta da incoerência dos acertos com as notas.

Sem transparência nos procedimentos, o ministério minimizou o ocorrido. Chamou-o de “inconsistência”. O eufemismo foi insuficiente para convencer o Ministério Público e a Defensoria Pública, que recorreram à Justiça para suspender as inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o acesso ao Programa Universidade para Todos (Prouni).

Na terça, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou o MEC a retomar o processamento dos resultados. A volta à rotina, porém, não apaga os estragos na imagem do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo exame. A seleção dos milhões de candidatos perde confiabilidade. É grave.

Mas, em vez de medidas estruturais para restabelecer a credibilidade, o MEC apaga incêndios. Conjuga o verbo remediar em vez de prevenir. O fiasco deste ano comprometeu o planejamento das universidades federais e se constituiu pesadelo para 1,8 milhão de estudantes e respectivos familiares. Não é pouco.

EDUCAÇÃO »

Saúde em dia na volta às aulas

Dificuldade na aprendizagem nem sempre está ligada à falta de interesse. Problemas na visão ou na audição podem acarretar complicações nos estudos

» CAROLINE CINTRA

Matrícula feita, materiais e uniformes comprados. Parece estar tudo pronto para o início das aulas. No entanto, tão importante quanto essa preparação, é cuidar da saúde auditiva e ocular da criança antes de voltar para a escola. Doenças como astigmatismo, conjuntivite e otite estão entre as mais comuns nas crianças em idade escolar. Os sinais, muitas vezes, passam despercebidos, tanto pelos pais quanto pelos professores, e podem gerar dificuldades no aprendizado. Falta de atenção ou notas baixas, por exemplo, nem sempre significam desinteresse pelo estudo. Por isso, é preciso estar atento às pequenas mudanças no comportamento infantil.

A pedagoga Keila Espíndola explica que a percepção do professor em relação à postura do aluno é fundamental. Dispersão, fala alta, cansaço e sentar muito próximo ao quadro podem ser os primeiros sinais de que a saúde da criança não está bem. “Essas características são menos notadas pela família, porque o contato em casa é diferente. Por isso, é importante que família e escola enfrentem juntas o problema,

com o apoio de um especialista”, afirma.

Essa parceria fez a advogada Michelle Braz, 45 anos, descobrir que os filhos gêmeos, Davi e Felipe, 11, têm surdez bilateral neurossensorial, quando o ouvido é atingido ou existe o comprometimento do nervo auditivo. Em sala de aula, os professores perceberam falta de interesse e inquietação. Em casa, a família desconfiou do comportamento deles. Os irmãos passaram por exames, e os laudos sempre apontavam inconclusão. Eles apresentavam traços de déficit de atenção e hiperatividade, mas esses diagnósticos não foram confirmados. Os pais até trocaram os meninos de escola para tentar um método de aprendizagem diferente, mas o resultado esperado não veio.

Ao passar por um pediatra, a família foi orientada a procurar um fonoaudiólogo. “Eles fizeram uma audiometria, que indicou perda sutil de audição, principalmente para sons agudos. Eles tinham dificuldade em aprender com professoras. No dia em que tiveram aula com um professor, chegaram em casa elogiando, dizendo que ele explicava bem. Na verdade, eles conseguiam ouvi-lo melhor”, conta Michelle. A família descobriu a perda auditiva em 2018, aos 10 anos. Desde então, os gêmeos são acompanhados por fonoaudiólogo e usam aparelho nos

dois ouvidos.

“Muitas escolas e professores não estão preparados para o diferente, seja qual for. É trabalhoso, mas, com parceria, se consegue uma história de sucesso. Existem desafios e obstáculos, mas, depois do início do tratamento, a nossa vida se transformou. De lá para cá, eles só estão evoluindo”, diz a mãe de Davi e Felipe.

Alerta

A fonoaudióloga e especialista em audiologia Cristina Batista, que acompanha os gêmeos, destaca que a perda auditiva pode ocorrer em qualquer idade, sendo muito comum em crianças. “Hoje em dia, a maioria dos hospitais faz a triagem auditiva neonatal, o que melhorou bastante o diagnóstico precoce dos casos. Porém, pode acontecer de a criança desenvolver uma complicação depois do nascimento”, aponta.

O bom funcionamento do ouvido é primordial para assimilar as informações e o contexto da sala de aula. Por isso, problemas na audição podem comprometer o desempenho nas tarefas e o aprendizado completo. Quem tem alguma perda auditiva costuma, por exemplo, se cansar bastante e chegar em casa exausto, uma vez que tem de fazer muito esforço para entender o que é passado.





Para a especialista, é importante os pais ou responsáveis prestarem atenção em casos em que a criança, desde de muito nova, comete trocas na fala, pois isso pode significar uma perda leve ou moderada na audição. “Acontece muito de essas trocas serem consideradas como naturais do desenvolvimento, mesmo elas sendo persistentes, e ocorre um atraso no desenvolvimento da linguagem. Até que essa pessoa entra na escola e começa a ser tida como inquieta, bagunceira, sem comportamento”, detalha Cristina.

Prevenção

Este é o segundo ano em que Poliana Perpétuo Bravin, 41, leva os filhos Lara Bravin, 5, e Miguel Bravin, 3, ao oftalmologista antes do início das aulas. Como ela e o marido usam óculos, o intuito é evitar que as crianças tenham problemas na visão. Os olhos da menina ficam com alergia quando o clima está seco. Já os olhos do garoto lacrimejam bastante. “Sou professora e sei da importância desses cuidados no início do ano letivo. A gente prefere prevenir e não procurar o médico apenas quando o problema já existe”, conta Poliana.

Dados do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) estimam que 30% das crianças em idade escolar no Brasil apresentam problemas de visão, enquanto 10% dos brasileiros de 7 a 10 anos precisam usar óculos. Muitas vezes, simples contratemplos, como erros de refração, quando não diagnosticados precocemente, podem afetar o aprendizado e até ser causa de evasão escolar.

O oftalmologista Natanael de Abreu Sousa esclarece que os cuidados começam no nascimento, com o exame do reflexo vermelho, mais conhecido como teste do olhinho. O esperado é um reflexo avermelhado. A ausência dele pode indicar problemas como depósito corneano, relacionado ao erro inato do metabolismo; glaucoma congênito; catarata congênita ou descolamento de retina.

“A gente recomenda que a criança em idade de alfabetização, com 5 ou 6 anos, faça revisão para saber se tem alguma dificuldade visual”, diz Natanael. Ele destaca que, em casa, a criança não costuma

apresentar dificuldade, porque tem todos os objetos próximos dela. “O mundo em casa é mais de perto. Na escola, a agitação ou a hiperatividade podem estar associadas a algum problema de visão.”

De olho nos sinais

Alguns indícios de problemas de visão ou audição na criança em idade escolar:

- » Falta de atenção
- » Agitação ou hiperatividade
- » Cansaço excessivo
- » Leitura errada de palavras usadas diariamente
- » Dificuldade na fala
- » Fala alta
- » Virar o ouvido enquanto alguém fala
- » Olhar para os lábios de alguém que está falando

Nesses casos, deve-se procurar um otorrinolaringologista, um fonoaudiólogo ou um oftalmologista.

EDUCADOR SOCIAL**Inscrições
prorrogadas
até domingo**

As inscrições para 4.542 vagas para educador social voluntário (ESV) na rede pública de ensino foram prorrogadas para o dia 2 de fevereiro, próximo domingo, devido à instabilidades no site institucional. A área técnica da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) responsável pelo processo analisa os problemas que impedem a conclusão dos cadastros dos interessados. Mas ninguém será prejudicado, destaca a pasta.

Para se inscrever, o candidato deve acessar o site até a data prevista e enviar documentos digitalizados, selecionar a regional de ensino na qual pretende atuar, indicando as escolas de preferência. O resultado parcial das inscrições será no dia 7 de fevereiro, após as 18h.

Os voluntários vão passar por análise de currículo e entrevistas. Cada unidade escolar que aderiu ao programa formará uma comissão avaliadora composta por três membros responsáveis pela seleção dos educadores.

Os ESVs auxiliam nas atividades do dia a dia das escolas, tais como: formação, socialização de experiências, participação em atividades de apoio ao trabalho pedagógico e colônia de férias, com foco em escolas que oferecem serviços diferenciados, tais como unidades de educação infantil, educação especial, ensino em tempo integral, correção de fluxo, entre outros.

No total, serão selecionados 4.542 educadores sociais voluntários para atuar nas 14 regionais de ensino, além de um cadastro reserva. Eles receberão R\$ 30 diários para cobrir despesas com alimentação e transporte. As atividades ficarão sob orientação e supervisão da equipe gestora.

A capacitação dos educadores é feita na própria escola pela equipe gestora da unidade com base em orientações passadas pelos núcleos de educação básica das regionais de ensino.